



10 • Correio Braziliense — Brasília, quarta-feira, 14 de maio de 2025

Bolsas Na terça-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na terça-feira	Salário mínimo	Euro Comercial, venda na terça-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
↑ 1,76% São Paulo	↓ 0,64% Nova York	133.397	R\$ 5,609 (-1,34%)	R\$ 6,275	14,65%	14,67%	Dezembro/2024 0,52 Janeiro/2025 0,16 Fevereiro/2025 1,31 Março/2025 0,56 Abril/2025 0,43
	8/5 9/5 12/5 13/5		Últimos				
			7/maio 5,745 8/maio 5,661 9/maio 5,654 12/maio 5,684				

COMÉRCIO BILATERAL

Ação rompe a paralisia

Governo comemora acordos com a China, no momento em que as economias se retraem por causa dos tarifas de Trump

» VICTOR CORREIA

Ricardo Stuckert / PR



Lula ao despedir-se da China: "Guerras comerciais não têm vencedores. Elevam os preços, deprimem as economias e corroem a renda dos vulneráveis"

A comitiva que acompanhou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva na visita oficial à China considera que o Brasil traz na bagagem um saldo altamente positivo de acordos e investimentos, num momento em que as economias jogam na defensiva em função da desarrumação causada pelos tarifas baixados pelo presidente norte-americano Donald Trump. São pelo menos R\$ 27 bilhões em recursos de empresas chinesas a serem aplicados no Brasil em áreas estratégicas, como indústria automotiva, aplicativos de delivery e transporte, energia limpa, semicondutores e alimentos.

O maior objetivo da viagem foi obtido: ampliar a relação comercial com a China, considerado hoje um parceiro mais confiável do que os Estados Unidos. Lula teve uma reunião bilateral, ontem, com o presidente Xi Jinping, depois da assinatura de 20 acordos de cooperação e de outros 16 que estão sendo discutidos.

"A relação entre o Brasil e a China nunca foi tão necessária. A Comunidade de Futuro Compartilhado por um Mundo mais Justo e um Planeta Sustentável, que estabelecemos em novembro passado, é uma alternativa às rivalidades ideológicas", disse Lula, em uma crítica velada ao governo Trump. Essa Comunidade é um novo nível de relações diplomáticas e foi desenhada

depois da vinda de Xi Jinping a Brasília, em novembro de 2024.

Instabilidade

Lula enfatizou que o planeta ficou mais instável e fragmentado nos últimos meses e frisou

que a saída para as crises está no multilateralismo defendido pelos dois países. "Guerras comerciais não têm vencedores. Elas elevam os preços, deprimem as economias e corroem a renda dos mais vulneráveis em todos os países", afirmou.

Desde que Trump deu início à guerra comercial com o restante do mundo por meio de tarifas, o Brasil vem ampliando a parceria com países da Ásia. Fechou acordos com o Japão e o Vietnã e, na China, captou R\$ 6 bilhões da montadora GWM,

R\$ 5 bilhões da plataforma de delivery Meituan e R\$ 3 bilhões da estatal CGN para a instalação de um centro de energia renovável no Piauí. Há ainda uma cooperação entre estaleiros e protocolos para aumentar a capacidade brasileira na fabricação de fármacos

» Celac também obtém vantagens

A viagem do presidente Lula abriu a possibilidade de aumento nos investimentos entre a China e as nações que compõem a Celac — que reúne países da América Latina e do Caribe. Na cúpula que reuniu o bloco e o governo de Pequim, o presidente Xi Jinping anunciou novos aportes de US\$ 9,18 bilhões (cerca de R\$ 52 bilhões). Da reunião participaram, entre outros, os presidentes Gabriel Boric (Chile) e Gustavo Petro (Colômbia), e a presidente do Novo Banco de Desenvolvimento (a instituição financeira do Brics), Dilma Rousseff. "O apoio chinês é decisivo para tirar do papel rodovias, ferrovias, portos e linhas de transmissão, mas a viabilidade econômica depende da capacidade de coordenação entre os nossos países, para conferir a essas iniciativas escala regional", salientou Lula.

e equipamentos médicos.

Há projeto, também, para as Rotas de Integração Sul-Americanas, que visam interligar a região com rodovias e portos. A ideia é criar um acesso para os produtos brasileiros pelo Oceano Pacífico.

CONJUNTURA

Ata do Copom não dá pistas sobre nova alta da Selic

» ROSANA HESSEL

O Banco Central (BC) evitou dar qualquer sinalização sobre o futuro da taxa Selic para a próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), em 17 e 18 de junho. Na ata divulgada ontem, deixou em aberto a possibilidade de novo aumento dos juros e dividiu os analistas.

O Copom salientou a preocupação com as incertezas externas e o aumento dos riscos fiscais. Além disso, reforçou a necessidade de uma política fiscal que ajude a monetária a ancorar as expectativas de inflação. Para se ter uma ideia, as menções à palavra "risco" aumentaram de nove para 12, em relação à ata anterior. "Com relação à próxima

reunião, o Comitê avaliou que o cenário de elevada incerteza, aliado ao estágio avançado do ciclo de ajuste e seus impactos acumulados ainda por serem observados, demanda cautela adicional na atuação da política monetária e flexibilidade para incorporar os dados que impactem a dinâmica de inflação", destaca a ata da reunião que elevou, na semana passada, a Selic de 14,25% para 14,75% ao ano.

O fato de o BC deixar a porta aberta para mais uma alta na taxa básica de juros dividiu os analistas sobre o fim do período de aperto

monetário, iniciado em setembro de 2024. A equipe de economistas do Itaú Unibanco, por exemplo, divulgou um relatório contundente, sinalizando o fim do ciclo.

"A ata do Copom sugere que o comitê pausou seu ciclo de alta. Os membros do Copom parecem operar sob uma convicção muito forte de que a política monetária está em um nível significativamente contracionista, o que influencia sua avaliação geral da conjuntura", informa o comunicado.

Roberto Padovani, economista-chefe do Banco BV, manteve a aposta de que haverá um

aumento de 0,25 ponto percentual da Selic, elevando-a para 15% ao ano, antes do fim do ciclo de alta. Ele lembrou que o BC vem chamando a atenção para os riscos inflacionários e destacou, na ata, que a inflação corrente ainda é elevada, principalmente a de serviços. Além disso, a economia está aquecida e o câmbio segue desvalorizado por razões externas e internas, como a incerteza fiscal.

Alberto Ramos, responsável por estudos de América Latina do Goldman Sachs, e Caio Megale, economista-chefe da XP Investimentos, reforçaram as

apostas de que haverá um último aumento de 0,25 na Selic, antes do fim do ciclo de aperto monetário. "A ata está alinhada com uma declaração de política pós-reunião, cautelosamente um tanto moderada", disse Ramos.

Megale, por sua vez, acredita que o plano do Copom parece ser manter a Selic inalterada nas próximas reuniões. "A flexibilidade continua sendo essencial. Acreditamos que as pressões inflacionárias domésticas acabaram por convencer o Copom a realizar um último aumento de 0,25", observou.



RAUL VELLOSO

ALGO QUE POUCOS SABEM É QUE O DESASTRE PREVIDENCIÁRIO BRASILEIRO TEM MUITO A VER COM QUESTÕES DEMOGRÁFICAS — VALE DIZER, COM A EXPLOÇÃO DA TAXA DE CRESCIMENTO DO NÚMERO DE IDOSOS

A hora e a vez de arrumar a Previdência

O período de 1998 a 2013 mostrou um desempenho até razoável do PIB em nossa economia pelos padrões típicos daqui, quando se mede esse desempenho em termos, primeiro, do crescimento dos investimentos públicos em infraestrutura, no caso algo ao redor da taxa real média de 7,3% a.a. nesse mesmo período, daí resultando um crescimento médio real anual do PIB de 3% a.a. na mesma fase.

Só que esse período, infelizmente, se esgotou por volta de 2013, em vista da forte expansão dos gastos previdenciários públicos ao longo das últimas décadas e na falta de o país adotar providências capazes de abrir maior espaço nos orçamentos mantidos pelo

setor público, e considerando, em adição, uma inversão privada em infraestrutura há muito estagnada em termos reais nessa área.

Registre-se que o péssimo desempenho pós-2013, que precisa urgentemente ser revertido, foi o de um crescimento médio real negativo dos investimentos em infraestrutura, na base de -7% a.a. em 2013-22. E junto com isso foi-se o PIB...

Nesse ponto, cabe destacar as elevadíssimas taxas médias reais de crescimento dos gastos previdenciários que se verificaram (e, portanto, estão por trás desse dramático enredo) recentemente em nosso país, algo que precisa ser urgentemente revertido. Tais taxas, aliás, foram as

seguintes: no regime próprio da União, 3,1% a.a., em 2006-21; no dos estados, 5,9% a.a., em 2006-18; no Regime Geral (RGPS), 5,1%, em 2006-20; e, finalmente, nos regimes próprios dos municípios, 12,5%, em 2011-18.

Quanto às providências faltantes, destaca-se algo que se costuma denominar equacionamento previdenciário — ou a busca, para valer, da zeragem do déficit (ou passivo) atuarial, único caminho sustentável para o setor público produzir rapidamente resultados expressivos que promovam o aumento do bem-estar da população, a partir de seu desempenho econômico, via reformas de regras, aportes de ativos (leia-se: capitalização) etc., sem o

que novos e preciosos empregos jamais serão criados. Esse se torna, assim, o grande desafio que nosso país terá agora pela frente.

Para entender melhor o estreitamento do espaço público para investir, ou a falta de equacionamento previdenciário, cabe agora incluir, na análise, dois outros itens da mesma família de gastos, igualmente de elevada rigidez: assistência social e fraudes. Se somarmos assistência aos gastos com previdência, enquanto se apura melhor o montante real das fraudes, o peso conjunto de apenas esses dois itens da família de gastos públicos correntes, que são super-rígidos, no total dos gastos não financeiros, que se situa hoje em 52,6%, basicamente

em Previdência e com o BPC — este último talvez o mais importante programa da área assistencial no país, o renomado Benefício de Prestação Continuada, aparece em forte contraste com o peso de 22,3% que a soma de ambos havia registrado em 1987, um ano antes da edição da atual Constituição.

De passagem, algo que poucos sabem é que o desastre previdenciário brasileiro tem muito a ver com questões demográficas — vale dizer, com a explosão da taxa de crescimento do número de idosos (ou dos que estão com idade acima de 65 anos, que determina, em última instância, o valor dos benefícios), relativamente ao que tem acontecido com a da população em idade ativa (PIA), que se refere ao grupo de pessoas na faixa etária

entre 15 a 65 anos, de onde são extraídos os valores das contribiuições em regimes de "repartição simples" como os nossos.

Em síntese, e em contraste com o que deveria estar sendo feito há muito, estamos neste exato momento apenas testemunhando as autoridades darem voltas e mais voltas — por enquanto improdutivas — em torno do que tenho chamado, assim, de o X da questão. Ou seja, o estreitamento do espaço para investir em infraestrutura, considerando agora também as fraudes do tipo das que têm ocorrido no INSS, onde logo se tornam enormes as pressões políticas para "a viúva" assumir uma nova e expressiva conta, e, portanto, agravar — em vez de melhorar a situação, ao mesmo tempo — para a próxima coluna.